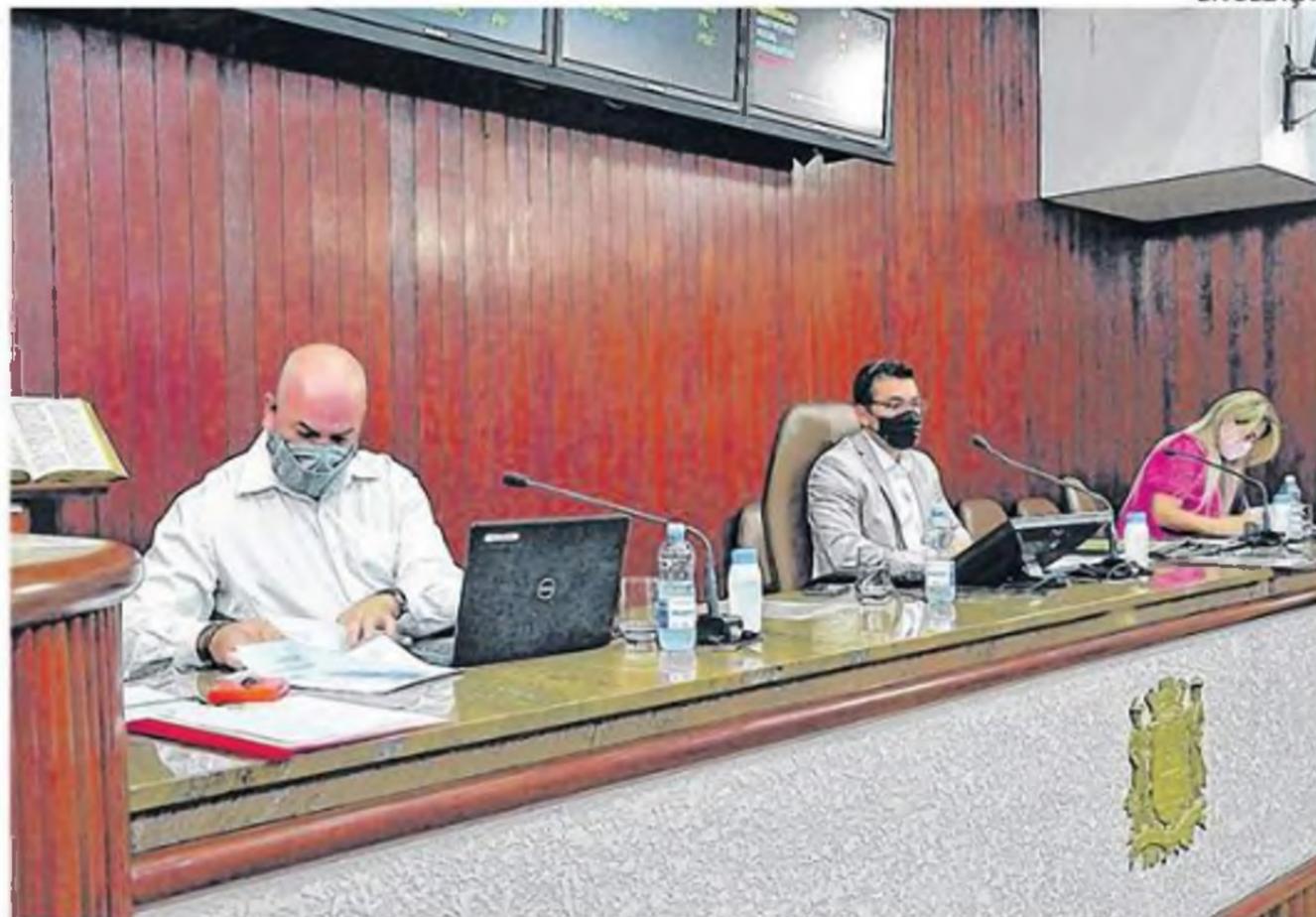


# Câmara aprova multa de R\$ 9 mil para punir aglomerações ilegais

A primeira sessão on-line da Câmara de Jundiaí, por conta da Fase Vermelha do Plano São Paulo, aconteceu na manhã de ontem (9). Neste novo formato, apenas o presidente da Casa, Faouaz Taha (PSDB) e o 1º secretário, Rogério Ricardo (DEM) estiveram presentes no plenário, enquanto os demais vereadores participaram de maneira remota, dentro de seus gabinetes, que ficam no prédio do outro lado da rua.

Durante a pauta do dia, foi aprovado o polêmico projeto de lei do vereador e delegado Paulo Sérgio Martins (PSDB) para regularizar sanções para aqueles que foram pegos em “aglomerações desnecessárias” durante o período da pandemia da covid-19. O parecer da Comissão de Justiça e Redação, presidida por Antônio Carlos Albino (PL), foi contrá-



*Apenas Rogério e Faouaz estiveram presentes no Plenário da Câmara*

rio ao texto, alegando vício de inconstitucionalidade. Mesmo assim a votação foi favorável, após muita discussão e vários discursos dos parlamentares.

“Temos um verdadeiro iceberg em formação. Quando se fecha ‘temporariamente’ lojas

dispensam seus funcionários, suspendem fornecedores, que paralisam sua produção que consequentemente dispensam seus colaboradores, que deixam de comprar insumos que param de girar a economia, seja ela local ou nacional. Então,

há redução na arrecadação de impostos, a prefeitura começa a ter dificuldade para pagar os funcionários, que fazem greve, além de faltar dinheiro para ser utilizado na Saúde. No final, temos um caos instalado”, argumentou o vereador Madson Henrique (PSC).

Também foram aprovadas as moções do vereador Juninho Adílson (PP), que faz apelo ao governo do estado de São Paulo pelo envio de mais doses da vacina contra o coronavírus, para o encerramento da imunização da primeira dose dos grupos já iniciados, e da vereadora Quezia de Lucena de apoio ao projeto de lei federal que estabelece regras para coibir a violência contra a mulher, dispondo sobre a obrigatoriedade de matérias específicas em cursos de formação dos agentes de segurança pública.